



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

**O trabalho do/a Assistente Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS):
desfinanciamento das políticas sociais e desafios ao trabalho profissional**

Camila Rocha dos Santos¹
Hamida Assunção Pinheiro²

Resumo: O trabalho do/a assistente social no SUAS é assunto de grande importância para o Serviço Social, tendo em vista que a assistência social é um direito que compõe a proteção social. Este texto, fruto de pesquisa bibliográfica e documental, tem como objetivo realizar uma breve análise sobre as implicações do desfinanciamento das políticas sociais, com ênfase na Assistência Social, sobre o trabalho e a saúde dos/as assistentes sociais. As reflexões, que foram norteadas pelo materialismo histórico dialético, evidenciam que a construção de um padrão público de proteção social no Brasil se deu em meio ao avanço de forças contrárias que pregam o desfinanciamento das políticas sociais, ocasionado assim uma proteção incompleta e com graves implicações ao trabalho profissional.

Palavras-chave: Política Social. Assistência Social. Trabalho.

**The work of the Social Worker in the Sistema Único de Assistência Social (SUAS):
underfunding of social policies and challenges to professional work**

Abstract: The work of the social worker at SUAS is a matter of great importance for Social Work, considering that social assistance is a right that makes up social protection. This text, the result of bibliographical and documentary research, aims to carry out a brief analysis of the implications of underfunding of social policies, with an emphasis on Social Assistance, on the work and health of social workers. The reflections, which were guided by dialectical historical materialism, show that the construction of a public standard of social protection in Brazil took place in the midst of the advance of opposing forces that preach the defunding of social policies, thus causing an incomplete protection and with serious implications to professional work.

Keywords: Social Policy. Social Work. Work.

¹ Especialista em Formação Integrada Multiprofissional em Educação Permanente em Saúde pelo Núcleo de Educação, Avaliação e Produção Pedagógica em Saúde (EducaSaúde) da Escola de Enfermagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). E-mail: rochacamila049@gmail.com

² Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), é Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (2015) pela UFAM. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ2) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: hamida.assuncao@gmail.com; hamida@ufam.edu.br

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o desfinanciamento das políticas sociais no Brasil, com destaque para a Assistência Social, e suas implicações ao trabalho profissional dos/as assistentes sociais, tendo como cenário as crises – econômica, social e sanitária – e o avanço do neoliberalismo, que tem intensificado cada vez mais o desmonte das políticas sociais. Assim o intuito é compreender como o trabalho do/a assistente social que trabalha no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem enfrentando os inúmeros desafios que lhes são impostos diante desta conjuntura. Trata-se de um debate fundamental para provocar pesquisas a respeito desta temática, com o objetivo de pensarmos em estratégias de resistência, de promoção de vida e saúde deste/a trabalhador/a.

1. O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

A condição geral da política social no Brasil historicamente foi marcada por uma conjuntura conservadora, com traços político-econômicos e socioculturais distintos, que somente com a Constituição de 1988 teve uma perspectiva de construção de um padrão público universal de proteção social, mas com um quadro complexo e hostil para a implementação dos direitos sociais, de acordo com o artigo 6º da Constituição Federal (CF). A CF instituiu direitos à educação, ao trabalho, à saúde, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância e a assistência social. Para Behring e Boschetti (2010) permanece o consenso de que a introdução da Seguridade Social na carta magna de 1988 significou um dos mais importantes avanços na política social brasileira, com possibilidades de estruturação tardia de um sistema de proteção social que infelizmente não se materializou por completo, se mantendo inconclusa até os dias de hoje.

A Seguridade Social foi regulamentada pelas Leis da Seguridade Social (1991), Lei Orgânica da Previdência Social (1991), Lei Orgânica da Assistência Social (1993) e Lei Orgânica da Saúde (1990). É necessário destacar que o processo de regulamentação não garantiu a materialização de todos os princípios previstos na Carta Magna.

Os princípios constitucionais, genéricos, mas norteadores da estrutura da seguridade social deveriam provocar mudanças profundas na previdência social, saúde e assistência social, com o intuito de articulá-las e formar uma rede de proteção ampliada,

consistente e coerente (BEHRING; BOSCHETTI, 2010). O objetivo era permitir a transição de ações fragmentadas, desarticuladas e pulverizadas para um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social (Artigo 194 da CF). Embora estas tenham sido as indicações, não foram essas as orientações que sustentaram a implementação das políticas que compõem a seguridade social na década de 1990 até os dias atuais.

O Brasil foi caracterizado pela sua tentativa tardia de montagem de um Estado de Bem-Estar Social, processo que foi solapado pelo ajuste neoliberal, nutrido pela heteronomia e conservantismo político que se combinam para desenhar um projeto antinacional, antidemocrático e antipopular por parte das classes dominantes, no qual a política social é tratada de modo secundário, à revelia dos discursos neo-sociais e dos solidarismos declarados. Como bem argumenta Oliveira (2003) no Brasil não se constituiu um Estado de bem-estar social, mas sim um Estado de mal-estar social, que jamais universalizou o trabalho assalariado e os direitos provenientes dele. Revelando, portanto, a matriz do nosso capitalismo escravocrata, patrimonialista, patriarcal e genocida.

Este quadro se confirma, ao analisarmos o conjunto de direitos conquistados arduamente no texto constitucional, os quais foram submetidos à lógica do ajuste fiscal, permanecendo uma defasagem entre direito e realidade.

O aumento da demanda por benefícios e serviços está intrínseco na produção de um Estado de mal-estar, proveniente da concentração/limitação/desintegração das incipientes experiências de seguridade social na América Latina, e em específico no Brasil. Assim, há restrição do acesso universal a bens de consumo coletivo e aos direitos sociais, porém persiste uma articulação entre assistencialismo focalizado, que nada tem a ver com assistência social, e mercado livre voltado para o cidadão-consumidor. Deste modo, os direitos garantidos pela seguridade social se orientam, sobremaneira, pela seletividade e privatização, em detrimento da universalidade e estatização.

A destinação de recursos para as políticas sociais, e em específico para a seguridade social, tende a ser regressiva, o que permite apenas a existência de mecanismos compensatórios que não modificam profundamente a estrutura das desigualdades sociais. Com investimentos ínfimos se reduz a qualidade das políticas

sociais, assim os ministérios da área social ficam impossibilitados de implementar políticas universais (BEHRING; BOSCHETTI, 2010)

O orçamento da seguridade no Brasil, bem como das outras políticas sociais, não pode ser compreendido sem referência à estruturação da carga tributária brasileira e de seu significado na área da política macroeconômica. Os recursos continuaram concentrados e centralizados, indo na contra mão da orientação constitucional da descentralização. Além de concentrados na União, há priorização na alocação de recursos nos serviços da dívida pública, juros, amortizações e encargos, com rubricas sempre maiores.

2. O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEO E OS DESAFIOS PARA O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL

Ao longo do governo Lula se intensificaram as contradições de um governo de conciliação de classes e a permanência dos principais pilares macroeconômicos da política de estabilidade fiscal, com anuência e apoio à hegemonia do capitalismo financeirizado. Para Braga (2017) a esperança de que a gestão petista se distanciasse das políticas neoliberais adotadas por administrações pretéritas foram substituídas, pouco a pouco, pela descrença a tal respeito. A garantia da independência operacional do Banco Central, a manutenção da taxa de juros em um nível elevado, a conservação da política de metas inflacionárias e uma reforma da previdência que elevou o tempo de contribuição do funcionalismo, reduzindo os valores dos benefícios, deixaram muitos apoiadores do Partidos dos Trabalhadores perplexos (BRAGA, 2017).

Neste contexto, o Serviço Social, como corrobora Silva (2019), na figura do/a profissional assistente social ocupou inúmeros acentos no âmbito da elaboração de políticas sociais, esta estratégia foi central no programa político-governamental do governo petista, bem como também jamais se verificou uma ampliação tão significativa do número de assistentes sociais requisitados para execução das políticas sociais.

Nos governos petistas houve uma breve retomada dos investimentos nas políticas sociais, o crescimento do emprego formal, a ampliação de número de vagas nas Universidades Federais, a criação de programas de bolsas e cotas para garantia de acesso de jovens pobres e negros à Universidade, o investimento em programas de transferência de renda e um crescimento econômico mais dinâmico deram o horizonte de um governo próspero e, para alguns, progressista. Mas é importante observar que, no

mesmo período, no Serviço Social ampliou-se o aligeiramento e a tecnificação da formação, expansão de cursos na modalidade de Ensino a Distância; observou-se no âmbito da saúde o adensamento da terceirização via Organizações Sociais e a concessão de gestão mista, como é o caso da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

A área da saúde e da assistência social, políticas sociais com grande número de assistentes sociais no Brasil, são duramente afetadas nesse processo. No campo da Previdência Social ocorreram inúmeros concursos para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o que proporcionou uma recomposição, ainda que mínima, do quadro técnico desta instituição depois de perdas de quadros funcionais do Serviço Social por décadas.

Os avanços alcançados no campo da assistência social durante os governos petista foram perceptíveis, mas uma espécie de superdimensionamento desses ganhos minimizava as dificuldades e os limites concretos da direção social oferecida à assistência social nesse período. Ao tempo que importantes trabalhos apontavam para o desmonte da seguridade social, demonstrando sua corrosão via desfinanciamento, focalização das políticas sociais e a centralidade da política de assistência social (SILVA, 2019).

Pesquisas importantes destacaram uma dinâmica orçamentária que a despeito de ampliar os recursos na política de assistência social, canalizava fração majoritária desses orçamentos para os programas assistenciais de transferência de renda, como afirma Silva (2019) isto ocorria à medida que o SUAS padecia de infraestrutura precária e difíceis condições de trabalho para os/as profissionais, com uma qualidade mínima dos serviços socioassistenciais.

Diante desta conjuntura se intensificou o debate sobre a questão da assistencialização da seguridade social. À época havia indicativos de que estavam em curso o processo de privatização da saúde e da previdência social, e a construção da lógica do cidadão-consumidor, bem como a centralidade da Assistência Social e neste percurso as políticas de seguridade social no Brasil estavam muito aquém de constituírem um amplo e articulado mecanismo de proteção (SILVA, 2019).

O que se destaca durante os governos de Lula sobre a política de assistência social são reflexões quanto a centralidade e a ampliação da assistência social, assim como da importância do Serviço Social nesse processo que, por sua vez, gerou debates

consideráveis do ponto de vista da distinção entre a profissão e a política social. A profissão de assistente social se baseia e tem como norte um projeto ético-político crítico, o qual se compromete em contribuir para a emancipação política e social do usuário, mas que neste contexto se vê diante de uma condução das políticas sociais alinhadas à lógica neoliberal, e sendo assim, enfrenta grandes desafios.

É importante pensarmos que o modo como é conduzida a política de assistência social em determinado governo interfere no trabalho do/a assistente social, já que esta política abarca um número considerável de profissionais da área do Serviço Social, ou seja, se a condução de tal política se desenvolve a partir de uma perspectiva de cortes de gastos sociais, de desmonte e desinvestimento, tal contexto se reflete nos espaços de trabalho, precarizando as condições de trabalho e até mesmo interfere na saúde do/a trabalhador/a.

O ciclo petista que compreendeu os dois mandatos de Lula até início do segundo governo de Dilma Rousseff, mesmo diante das contradições já sinalizadas e perante os limites da agenda política assumidas pelo PT, estimulou possibilidades democráticas de livre oposição das camadas políticas mais à esquerda ao seu projeto burguês de gestão da crise do capital no capitalismo dependente brasileiro, o que prefigura ter sido relevante para manter viva a disputa em torno do projeto ético-político do Serviço Social (SILVA, 2019).

O adensamento da crise capitalista provoca sempre duras ofensivas contra a força de trabalho em prol da recomposição do capital. O projeto político-econômico conduzido pelo PT comportava determinada acomodação com as reivindicações da classe trabalhadora, principalmente da sua fração mais empobrecida, expondo seus limites. Este projeto começou a expressar insuficiência desde as jornadas de junho de 2013 e admitiu expressão radicalizada na disputa tensa e acirrada das eleições à Presidência em 2014, resultando na vitória de Dilma Rousseff para seu segundo mandato.

O programa político de Dilma se baseava em concretizar determinadas contrarreformas para tentar combater a crise econômica mundial ou conservar os avanços sociais conquistados ao longo dos anos, com prioridades para a política social. Com a defesa desta última plataforma Dilma assumiu à presidência com uma margem mínima, e enfrentou um candidato de oposição inconformado com o resultado das eleições, que esteve ávido por impedir o exercício do mandato legítimo da presidenta.

Assim, como argumenta Silva (2019), a implementação dos pacotes da maldade que se colocaram como ameaça à classe trabalhadora brasileira para 2015, independentemente de quem vencesse as eleições, passaram a ser de interesse do PT e dos setores econômicos que sustentavam o poder. Por conseguinte, procedeu-se à cartilha neoliberal com impactos diretos sobre os direitos da classe trabalhadora, sobre programas e políticas sociais, e sob as condições de vida da classe média, logo acompanhamos a concretização entre 2015 e 2016 de tendências contrarreformistas realizadas pelo governo Dilma.

A explosão de escândalos de corrupção e uma investida sem trégua da direita e extrema direita contra o PT tornavam a condução do segundo governo Dilma insustentável. Silva (2019) aponta que estavam assentadas as condições históricas favoráveis à expansão da veia conservadora da sociedade brasileira, que amparada pela ala política mais interessada na destituição de Dilma, com inclusão da sua base aliada, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em conformidade com Michel Temer, então vice-presidente de Dilma, tornaram-se um dos impulsionadores do *Impeachment*.

Temer chega ao Planalto Central, compatível com um Parlamento expressivamente conservador e majoritariamente denunciado nos processos de investigação sobre corrupção, temos, portanto, a ascensão de uma ofensiva ultraliberal. O governo Temer passou a executar uma série de medidas, cujo impacto social foi calamitoso. A burguesia conservadora do capitalismo dependente brasileiro, com traços históricos por ser antidemocrática e parcamente interessada nas demandas populares, na ânsia de apressar a recomposição do capital nessas paragens, sem se quer comportar as tímidas melhorias que os governos petistas proporcionaram à classe trabalhadora em troca do consenso social democrático, acabava por assimilar a pauta ultraconservadora de Jair Bolsonaro e seus aliados (SILVA, 2019).

Bolsonaro manifesta um discurso conservador de extrema-direita, o qual está fortalecido sob a estratégia de propagação de ideias e argumentos de efeitos nas redes sociais e amparado pelas forças mais conservadoras da sociedade brasileira, sobretudo das igrejas evangélicas e outros segmentos da igreja católica. Bolsonaro alcançou, cada vez mais, apoio do eleitorado, principalmente em razão do ódio disseminado ao PT sob a falácia do combate à corrupção e à violência. Ao chegar à presidência da República, Bolsonaro deu início à consolidação de sua agenda nefasta

para as demandas populares e o viés ultraconservador de sua plataforma de governo, reforçado na sua escancarada conexão à Igreja, especialmente à evangélica (SILVA, 2019).

O governo Bolsonaro apresentou, em seus quatro anos de gestão, um saldo perverso e preocupante de ataque aos direitos e às pastas de trabalho essenciais, como, por exemplo, o ataque às populações tradicionais e aos povos originários; a transferência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para a pasta do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; a alteração de responsabilidade pelo mapeamento, delimitação e demarcação das terras para o Ministério da Agricultura. No que se refere aos direitos voltados à questão da diversidade sexual, de gênero e direitos humanos destacamos a regressão das ações designadas à garantia de direitos de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e demais grupos.

Quanto às perseguições políticas, indicações ao exercício de funções e desmonte das políticas sociais pontuamos a demissão de trabalhadores/as em razão da identificação de opções político-ideológicas antagônicas ao governo; a nomeação de seis participantes das tropas brasileiras na invasão do Haiti, fundamentada na linha da militarização requerida pelo Bolsonaro; a reestruturação do Ministério da Justiça, concedendo novas atribuições ao ex-Juiz Federal Sergio Moro, como o extinto Ministério do Trabalho que atualmente também passa a ser caso de justiça; a divulgação do Decreto que facilita a posse de arma de fogo; o avanço para viabilizar a reforma da previdência e a privatização de empresas estatais; entre outras inúmeras ações desastrosas.

Na conjuntura atual de avanço do ultraconservadorismo e de extrema polarização social, alimentado por uma política do ódio, nos faz refletir sobre a necessidade de organização da classe trabalhadora para enfrentar os ataques aos direitos conquistados ao longo de décadas, além da necessidade da esquerda brasileira, em conjunto com pesquisadores, discentes, docentes e a sociedade de modo geral se munirem de aportes críticos ontológicos efetivos, capazes de contrapor os pensamentos e ações conservadoras e ultraliberais. Para Lukács (2013), a teoria social de Marx consiste numa crítica ontológica, que é fundamental desenvolver e difundir diante de tempos em que as ontologias conservadoras e reacionárias ousam vir à luz do dia, e parecem estar livres de críticas ontológicas socialmente efetivas. A ontologia crítica marxista, que Lukács dedicou seus estudos parece estar, assim, mais do que justificada

diante deste cenário trágico de avanço e ascensão de ultraconservadores e uma ofensiva ultraliberal.

Desde março de 2020 vivemos em uma conjuntura de incerteza e de temor diante dos acontecimentos difíceis ligados à pandemia da Covid-19. A origem da crise em curso não está na Covid-19, e sim na lógica e configuração do sistema de metabolismo antissocial do capital (RAICHELIS; ARREGUI, 2021), que já estava em andamento desde a década de 1970 e se intensificou a partir das crises de 2007 e 2008.

A atual conjuntura postula a compreensão de que, na contramão do que propaga o Palácio do Planalto, a culpa da crise não é do vírus. Refere-se a maior crise capitalista da história, destacando, assim, múltiplas determinações e expressões. É o próprio capitalismo que explica todas as dimensões da crise, seja econômica e social, e também sanitária (RAICHELIS, ARREGUI, 2021). Alguns estudos associam as pandemias recentes às transformações ambientais conectadas ao circuito do capital, reverberando a compreensão a respeito das determinações sociais da saúde.

A partir desta constatação compreendemos que o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, também sofre com o processo em curso de precarização das relações e condições de trabalho, processos estes que podem afetar também a saúde, em especial, a saúde mental do/a assistente social, afirmamos, ainda, que nenhuma categoria profissional está isenta da precarização que ocorre no mundo do trabalho.

Podemos afirmar que a atual crise também é uma crise política e de hegemonia. Ao aprofundar desigualdades no plano internacional, nacional, regional e local, exacerbam-se, também, as disputas geopolíticas entre os Estados Unidos e China, que têm na guerra comercial entre estes países uma de suas expressões mais concretas (RAICHELIS, ARREGUI, 2021).

Diante do cenário histórico em que se consolidou o capitalismo no Brasil, a partir de suas particularidades, podemos compreender como o passado interfere no cenário atual. Em julho de 2020, os dados do IBGE (2020) revelaram o aumento para mais de 50% da força de trabalho (52 milhões de pessoas) entre desocupados, desalentados e subutilizados no mercado de trabalho brasileiro.

É importante destacar que a pandemia ocorre em uma conjuntura onde já tínhamos um quadro alarmante de informalidade, desemprego e desproteção laboral no mercado de trabalho brasileiro, agravado no contexto do capitalismo pandêmico

(ANTUNES, 2020), visto que combina crescentes níveis de exploração e degradação humanas à destruição sistemática do meio ambiente.

Agregou-se a crise econômica e sanitária à prolongada crise política brasileira, tendo como marco o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, que destituiu a presidente Dilma Rousseff. Em seguida com o governo ilegítimo de Michel Temer foi agudizado um amplo programa de contrarreformas, que materializou uma dura ofensiva contra os direitos da classe trabalhadora a serviço dos interesses do grande capital transnacional e das burguesias nacionais associadas. Acrescente-se a esse quadro a flexibilização da legislação protetora do trabalho, que fragiliza a organização coletiva do/as trabalhadores/as e suas resistências, a desconstrução da CLT e a terceirização irrestrita. Este conjunto de reformas realizado até o presente evidencia uma trajetória da precarização do trabalho com graves repercussões para as condições de seguridade social da população brasileira.

3. TRABALHO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE CRISES

O contexto de crise econômica, política e sanitária, explicita a ruptura do pacto social construído em torno da Constituição Federal de 1998, sobretudo da Seguridade Social que é o sistema de proteção mais questionado pelo governo no contexto da pandemia, com o argumento de que ela não cabe no orçamento, que os direitos sociais oneram demais o fundo público e que o enfrentamento da crise é de responsabilidade de toda sociedade.

Diante dessa conjuntura não podemos perder de vista que as práticas sociais compromissadas com a emancipação humana – e isto inclui, também, o trabalho profissional de assistentes sociais quando comprometidos ao projeto hegemônico do Serviço Social – são, nesta perspectiva, ações políticas articuladas aos condicionantes da esfera do trabalho e aos movimentos de resistência e de superação de tais condicionantes. Assim sendo, a disputa pela socialização do poder político no conjunto da sociedade e nas suas esferas particulares está invariavelmente condicionada pela concentração do poder econômico.

No âmbito do capitalismo em sua fase madura é fundamental compreendermos que a política social não é capaz de reverter essa conjuntura, até porque essa não é sua função estrutural. Porquanto, levar as políticas sociais ao limite da cobertura numa agenda de lutas dos/as trabalhadores/as é tarefa de todos os que têm

compromisso com a emancipação política e humana, com o objetivo de elevar o padrão de vida das maiorias e provocar necessidades mais profundas e radicais, de transformação da ordem vigente.

Assim, concordamos com Behring e Boschetti (2010) sobre a expansão dos direitos sociais e das políticas sociais e necessidade urgentes de gerar disputa pelo fundo público, que abrange necessidades básicas de milhões de pessoas com impacto nas suas condições de vida e trabalho. Somente isso é capaz de gerar um processo de discussão coletiva, socialização da política e organização dos sujeitos políticos.

A categoria de assistentes sociais deve contribuir para luta em prol da disputa de poder, visando colaborar com a emancipação humana dos usuários das políticas sociais, e da sociedade de um modo geral, com o objetivo de participar no processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero..

Nesse sentido, apresentamos um dos grandes desafios encontrados no cotidiano dos/das trabalhadores/as da assistência social e, em particular, do/a assistente social, o qual se direciona na superação da cultura histórica de ativismo e de ações improvisadas, e na necessidade da instauração de um trabalho coletivo com subsídio teórico, político e técnico visando garantir o acesso ao direito à assistência social. Por isso, a estabilidade do vínculo, as boas condições do ambiente de trabalho, a remuneração justa, a formação de qualidade alinhada aos princípios democráticos precisa ser priorizada para que tenhamos uma política de assistência social plenamente ofertada.

No âmbito do SUAS as tensões podem ser agravadas em decorrência de muitos trabalhadores/as da área estarem sujeitos a relações de trabalho extremamente precárias: terceirizados, subcontratados, temporários etc. A precarização dos vínculos de trabalho, bem como a intensificação da rotina e o prolongamento da jornada contribuem para o processo de fragmentação do trabalho do/a assistente social, que se expressa nos processos de sofrimento e adoecimento físico e mental.

A precarização se revela na insegurança do vínculo por meio das múltiplas e formas incertas de contratação de profissionais que trabalham algumas vezes realizando atividades idênticas; na intensificação do trabalho que se expressa na pressão pelo aumento de produtividade e de resultados imediatos; na falta de condições materiais para o desenvolvimento do trabalho; nos baixos salários etc. Ante o exposto,

consideramos preocupante a situação em que o/a assistente social se encontra também na área da assistência social, ainda que não seja exclusividade desse campo de atuação, são incontestes as consequências para a saúde física e mental.

Para Santos e Manfroi (2012) a discussão sobre a saúde do/a trabalhador/a se relaciona diretamente à falta de condições de trabalho nas instituições. Estas têm gerado inúmeros problemas de saúde, sendo de ordem física, como dores, hipertensão, cansaço, doenças profissionais; e também emocionais, como frustração, desânimo, angústia, ansiedade, insônia, provenientes das condições de trabalho e da própria precariedade das instituições.

Vicente (2015) acompanha as descobertas destacadas por Santos e Manfroi (2012), apresentando que os efeitos da precarização sobre o trabalho se expressam em manifestações físicas e mentais cada vez mais frequentes nos/as trabalhadores/as, como, por exemplo, os distúrbios de sono; as crises de choro; os sentimentos de impotência, angústia, medo, fadiga, ansiedade; alterações de metabolismo; depressão; estresse; entre outras doenças.

O adoecimento profissional está relacionado à insegurança desencadeada pelas transformações no mundo do trabalho e também pela reduzida eficiência do conjunto das políticas sociais cada vez mais focalizadas/seletivas, decorrentes do ímpeto neoliberal que determina redução no âmbito dos gastos sociais por parte do Estado. A insegurança nas mais diversas esferas da vida tem sido um fator preponderante nos tempos atuais. Dardot e Laval (2016) mencionam que vivemos numa sociedade de riscos.

Outro fator que está inter-relacionado é a competitividade e o individualismo, os quais também contribuem para a configuração de ambientes de trabalho desgastantes e para um cotidiano marcado por grandes exigências e vivências de inúmeras frustrações. Estes ambientes e as relações presentes neles, aos poucos, contribuem para o adoecimento dos/as trabalhadores/as, entretanto, sutilmente, faz-se parecer que “[...] o sujeito que não aguenta a concorrência pela qual pode entrar em contato com os outros é um ser fraco, dependente, que se suspeita não estar à altura do desafio” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 367).

Mas, para os autores, e concordamos com eles, não se trata de fraqueza, na realidade alguns sintomas estão relacionados, com frequência, à intensificação do trabalho, aos fluxos tensos e às consequências perversas de exigências por

produtividade. Atualmente, o estresse e o assédio no trabalho são reconhecidos como fatores importantes em relação ao aumento dos casos de suicídio nos espaços de trabalho, como riscos psicossociais dolorosos, perigosos e, ainda, onerosos para os seguros coletivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crises do sistema capitalista de produção são cíclicas, deste modo, as medidas de contenção tendem a ser mais agressivas em direção à deterioração dos direitos sociais e das proteções do trabalho. Com isto surgem os inúmeros modos de precarização das relações e condições do trabalho, os quais afetam a classe trabalhadora. Neste artigo procuramos refletir a respeito de alguns desafios que incidem sobre o trabalho dos/as assistentes sociais que trabalham na área da assistência social, mas sem desconsiderar que esta realidade de retrocessos de direitos e de proteções trabalhistas é vivenciada em diversos espaços sócio-ocupacionais, como também por outras categorias.

As crises, incluído a mais recente que é a crise sanitária promovida pelo avanço da Covid-19, são procedentes da própria dinâmica da sociedade capitalista, pois, como afirma Antunes (2020), sua normalidade é a destrutividade. Logo, a própria continuidade da vida no planeta está em risco, mas nem isso tem sido suficiente para um redirecionamento das forças produtivas do sistema capitalista.

Ao considerarmos a análise de Dardot e Laval (2016), ao afirmarem que mesmo diante da grave crise econômica que a sociedade capitalista vivencia desde meados da década de 1970, o neoliberalismo não retrocede, ao contrário, ele intensifica seus ataques a classe trabalhadora, de modo a provocar inúmeras formas de adoecimento físico e mental. O neoliberalismo é bem mais que um aparato político ideológico, configura-se como a nova razão do capitalismo desimpedido e sem limites.

Como consequência desse processo, os/as assistentes sociais que trabalham na área da assistência social se deparam com um amplo conjunto de desafios no cotidiano de trabalho. Ainda que sejam complexos e variados os desafios que se apresentam, é importante a reflexão e o fomento das estratégias de resistências. Na atual conjuntura de avanço do ultraconservadorismo e da extrema polarização social, acrescidos por uma política do ódio contra os movimentos sociais e qualquer forma de manifestação contrária ao sistema capitalista, o debate sobre a necessidade de

organização da classe trabalhadora para enfrentar estes ataques deve ser um elo para os/as assistentes sociais, os/as pesquisadores, os/as discentes, os/as docentes e a sociedade de modo geral.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e o neoliberalismo no Sul Global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 fev. 2023.

BRASIL. **Lei no. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742compilado.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.742%2C%20DE%207%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201993&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Assist%C3%Aancia%20Social%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 18 mar. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

IBGE. **Censo Demográfico, 2020**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 10 de fev. 2023.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAICHELIS, R; ARREGUI, Carola C. **O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

SANTOS, Maria Teresa. dos; MANFROI, Vania Maria. Expansão e precarização: o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10. n. 30, p. 233-252, 2012.

SILVA, Mossicléia M. O projeto ético-político do Serviço Social do ciclo petista à escalada da extrema-direita. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social no Contexto do Avanço do Ultraconservadorismo**. R. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.29, n. 2, p. 529-558, 2019.

VICENTE, Damares. Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. n.123, p. 562-581, jul./set., 2015.